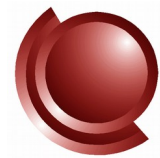




Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



Ata da reunião ordinária do Conselho de Coordenação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, realizada no décimo dia do mês de dezembro de dois mil e dezoito, no auditório do segundo andar do prédio da Decania do CFCH, campus da Praia Vermelha, às nove horas e trinta minutos, sob a presidência do Decano do CCJE, Prof.º Flávio Alves Martins, com a presença dos Conselheiros **Efetivos**: Prof.º Antonio Licha (Vice-Decano), Prof.ª Elaine Tavares (COPPEAD), Prof.º Carlos Bolonha (FND), Prof.ª Eliane Ribiero (FACC), Prof.º Leonardo Valente (IRID), Prof.ª Ana Cristina Reif (IE), Prof.º Daniel Conceição (IPPUR), Prof.º Flávio Combat (IRID), Maria Aparecida Portugal (COPPEAD), Francisco Eduardo Ascenso (Decania), Gabriel Guimarães (FND), Thiago Guain, Matheus Machado. **Suplentes**: Prof.º João Luís Pondé (IE), Prof.ª Márcia Cristina de Souza (FND), Guilherme Azevedo, Cinthia Valverde. **Convidados**: Prof.º Luiz Cláudio Gomes (CEG), Prof.º Antonio José Barbosa (CONSUNI), Prof.ª Sandra Becker (CCJE), Waldelice de Souza (CCJE), Alessandra Monteiro (CCJE). O Decano iniciou a sessão com os seguintes informes: **a)** Em breve deverá haver novas conversas sobre os cursos de Pós-Graduação strito senso do IPPUR e da FACC que têm assuntos relacionados. Na semana anterior, o Decano se reuniu com a Prof.ª Leila, Pró-Reitora de Pós-Graduação, e com a Prof.ª Denise, Vice Reitora, para tratar sobre o assunto. O Decano está em constante contato com os Diretores das duas Unidades para chegar a uma solução, pois caso não se encontre uma, corre-se o risco de não ser apresentado nenhum dos dois projetos. O prazo para envio de projetos de cursos de pós-graduação é dia 15 de janeiro. **b)** Está sendo dado andamento ao Projeto Diálogo com a Comunidade. Já foram feitas reuniões com os Centros Acadêmicos do CCJE, foram feitas visitas a entidades externas à UFRJ buscando parcerias e já foram iniciadas visitas às Unidades. Em geral estas têm sido conversas preliminares, para conhecer as Unidades, e a equipe retornará na metade de 2019 para um diálogo mais extenso com as Unidades e seu corpo social. **c)** O Prof.º Carlos Brandão renunciará o cargo de Representante dos Professores Titulares no CONSUNI, pois se afastará para fazer pós-doutorado no exterior. **d)** A PR-5 iniciou um projeto de uma “vaquinha virtual” para ajudar na construção de casas na vila residencial para os moradores que foram desalojados do Mangue na Ilha do Fundão. Este é um projeto em conjunto com a FAU, e estão precisando de pelo menos trinta e cinco mil reais. **e)** Foi recebida uma Portaria do Ministério do Planejamento informando sobre o funcionamento no final de ano. O recesso será até o dia quatro de janeiro, porém, retornaremos às atividades no dia sete de janeiro, e por isso, o horário deverá ser compensado. **f)** A Cerimônia de Posse da Decania do CCJE será no dia vinte de dezembro, às dezoito horas no Teatro Pedro Calmon, e todas e todos estão convidados. Os convites serão enviados por e-mail a partir de hoje. **g)** O Decano apresentou uma proposta de Moção pela comemoração dos 70 anos da Aprovação da Declaração dos Direitos Humanos. A moção foi lida e todos os conselheiros tiveram acesso para ler e propor alterações ao texto. **h)** A Superintendente do CCJE, Alessandra Monteiro, informou que a Câmara Técnica de obras finalizou a análise do orçamento de 2019, que será aprovado no CONSUNI. Haverá um corte significativo no orçamento e eixos prioritários serão: acessibilidade, segurança, investimento para salas de aula, projetos que já tinham orçamento detalhado e processos já encaminhados nesse sentido terão prioridade zero. Em seguida foi submetida a apreciação da **Ata da reunião ordinária de 12/11/2018**, que foi **Aprovada por unanimidade**. Foram feitas as seguintes alterações de pauta: foi solicitado pela Prof.ª Sandra Becker a inclusão de três projetos de extensão no item 12. Foi solicitado pelo Prof.º Luiz Cláudio Gomes a inclusão de mais dois processos, que foram incluídos como itens 15 e 16. Com isso, a visita da PR-1 passou a ser o item 17, e a visita da PR-7 passou a ser o item 18. A pauta foi **aprovada por unanimidade**. Foram examinados os assuntos de ordem do dia, conforme segue: **1) Posse das representações discentes, conforme eleição.** Foi realizado processo eleitoral para preencher as 3 vagas de representação discente neste Conselho. O Prof.º Luiz Cláudio Gomes, membro da Comissão Eleitoral relatou que foram inscritas três chapas, compostas por titulares e suplentes, e informou os resultados. As três chapas foram eleitas. O Decano deu posse aos representantes eleitos. **2) Apresentação da Coordenação de Atividades Culturais.** O Decano apresentou a TAE Waldelice de Souza, que será a Coordenadora de Atividades Culturais da Decania do CCJE. A Coordenadora Waldelice apresentou um pouco do que ela considera como os desafios dessa coordenação, que é pensar uma ação cultural que vai além de acontecimentos de linguagens artísticas e estéticas, para os campus do Fundão e da Praia Vermelha, que têm um patrimônio



arquitetônico, histórico, de memória de práticas importantes, e organizar isso em atividades culturais. E das visitas da Decania nas Unidades já tem surgido algumas atividades. E isso também será articulado com o que o Fórum de Ciência e Cultura já tem estruturado como atividade cultural. **3) Calendário de reuniões ordinárias do Conselho de Coordenação, 2019.** O decano apresentou uma proposta de calendário. As reuniões acontecerão na última sexta-feira de cada mês, salvo no mês de dezembro, e serão itinerantes, em uma Unidade diferente em cada mês, e que no início de cada reunião, a Direção faça uma apresentação sobre a sua Unidade, para que seja conhecida a história de cada uma, e em seguida começaria a reunião deste Conselho. O Decano explicou que agendou uma reunião para janeiro de 2019 para evitar um atraso em relação aos processos que não puderam ser pautados até a presente reunião, e que caso não haja pauta, a reunião será suspensa. A Prof.^a Ana Cristina Reif questionou se haveria algum impedimento em participar das reuniões estando em período de férias. O Prof.^o Antonio José Barbosa esclareceu que já passou por essa situação como membro do CONSUNI e foi informado que não há qualquer impedimento quanto a isso. O discente Gabriel Guimarães informou que o horário proposta para as reuniões, que era às treze horas, impediria a participação dos membros da FND, uma vez que há aulas nesse horário. Por conta disso, ficou acordado que o horário das reuniões seria das nove horas e trinta minutos até as 11 horas e trinta minutos. O calendário será enviado para todos os conselheiros e direções, e será divulgado no portal do CCJE. **APROVADO** por unanimidade. **4) Constituição da Câmara Paritária de Orçamento Participativo (CPOP/CCJE).** O Decano explicou que essa câmara está sendo constituída para que seja ouvida a comunidade para decidir-se como será usado o orçamento participativo. A composição de dois professores, dois técnicos administrativos e dois discentes. O Decano solicitou que os discentes indicassem dois nomes entre os representantes desse Conselho. Os componentes são: Prof.^o Helios Malebranche, Prof.^o Luiz Cláudio Gomes, TAE Alessandra Monteiro, TAE Viviane Penso, Discente Gabriel Guimarães e Discente Matheus Machado. **APROVADO** por unanimidade. **5) Constituição da Câmara de Relações Internacionais (CRI/CCJE).** Será composta por um membro de cada Unidade do CCJE. Terá o objetivo de auxiliar as Unidades do CCJE no que diz respeito às relações internacionais. Os indicados foram: Carlos Frederico Leão Rocha (IE), Marcus Vinícius Torres Pereira (FND), Pierre Ohayon (FACC), Eduardo Raupp de Vargas (COPPEAD), Geraldo Luiz dos Reis Nunes (IRID) e Daniel Negreiros Conceição (IPPUR). **APROVADO** por unanimidade. **6) Comissão de Assessoria Jurídica (CAJ/CCJE).** Esta comissão não tem o objetivo de substituir a Procuradoria da Universidade, mas colaborar com as Unidades, prestando consultoria e orientando quanto a questões jurídicas. Ela não terá um calendário de reuniões ou pautas, precisará ser demandada. Será composta por três docentes: Prof.^o Luiz Cláudio Gomes (FND), Prof.^o Fábio Corrêa (FND) e Prof.^a Maria Tereza Leopardi (IE). **APROVADO** por unanimidade. **7) Processo nº 23079.039580/2018-54.** Interessado: Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca. Assunto: Promoção para Professor Titular. O parecer da relator, Prof.^o Antonio Licha foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **8) Processo nº 23079.048304/2018-87.** Interessado: Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca. Assunto: Promoção para Professor Titular. O parecer da relator, Prof.^o Antonio Licha foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **9) Processo nº 23079.051069/2018-21.** Interessado: Eliane Ribeiro Pereira. Assunto: Promoção para Professor Titular. O parecer da relator, Prof.^o Antonio Licha foi favorável. **APROVADO** por maioria com 1 abstenção (Prof.^a Eliane Ribeiro). **10) Processo nº 23079.056648/2018-60.** Interessado: Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (FND). Assunto: Alteração de Regime de Trabalho (de 20 horas para 40 horas). O parecer do relator, Prof.^o Hélios Malebranche foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **11) Processo nº 23079.055602/2018-23.** Assunto: Proposta de criação do Programa de Pós-Graduação em Direito e Solução de Conflitos. O parecer do relator, Prof.^o Antonio José Barbosa, foi favorável à aprovação, porém ponderou que questões como carga horária de disciplinas, composição do corpo docente e condições de infraestrutura devem ser analisadas antes da tramitação do processo para a PR-2. **APROVADO** por unanimidade. **12) Homologação dos processos de projeto de extensão.** **12.1- Proc. nº 23079.056679/2018-11.** Interessado: Sérgio Luiz Argolo Bezerra (FACC). O parecer da relatora, Prof.^a Sandra Becker foi favorável. **APROVADO** por unanimidade; **12.2- Proc. nº 23079.059863/2018-12.** Interessado: Prof.^a Maria José Veloso da Costa Santos. O parecer da relatora, Prof.^a Sandra Becker foi favorável. **APROVADO** por unanimidade; **12.3- Proc. nº 23079.06067/2018-**



59. Interessado: Mariana Trotta Pallalana Quintana. O parecer da relatora, Prof.^a Sandra Becker foi favorável. **APROVADO** por unanimidade; **12.4- Proc. nº 23079.058626/2018-34.** Interessado: Orlando Alves dos Santos Júnior. O parecer da relatora, Prof.^a Sandra Becker foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **13) Homologação do resultado das eleições suplementares para Conselho Deliberativo do IRID.** O parecer do relator, Prof.^o Luiz Cláudio Gomes, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **14) Relatório de Estágio Probatório ou de Progressão Docente no âmbito do IRID.** **14.1- Proc. nº 23079.052036/2018-06.** Interessado: Adriana Aparecida Marques. O parecer do relator, Prof.^o Leonardo Valente, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade; **14.2- Proc. nº 23079.052037/2018-42.** Interessado: Daniele Dionisio Da Silva. O parecer do relator, Prof.^o Leonardo Valente, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade; **14.3- Proc. nº 23079.052039/2018-31.** Interessado: Emerson Maione De Souza. O parecer do relator, Prof.^o Leonardo Valente, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade; **14.4- Proc. nº 23079.055033/2018-16.** Interessado: Flavio Alves Combat. O parecer do relator, Prof.^o Leonardo Valente, foi favorável. **APROVADO** por maioria, com 1 abstenção (Prof.^o Flávio Combat); **14.5- Proc. nº 23079.052041/2018-19.** Interessado: Gilberto C. de Oliveira. O parecer do relator, Prof.^o Leonardo Valente, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade; **14.6- Proc. nº 23079.055039/2018-93.** Interessado: Pedro Rocha Fleury Curado. O parecer do relator, Prof.^o Leonardo Valente, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **15) Processo nº 23079.001852/2017-62.** Interessado: Departamento de Administração (FACC). Assunto: Atualização do projeto pedagógico do curso de graduação em Administração. O parecer do relator, Prof.^o Luiz Cláudio Gomes, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **16) Processo nº 23079.059850/2018-43.** Interessado: Curso de Biblioteconomia (FACC). Ampliação do campo de atuação para outras unidades de informação. O parecer do relator, Prof.^o Luiz Cláudio Gomes, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **17) Visita da equipe da PR-1.** Recebemos a visita do Pró-Reitor de Graduação, Professor Eduardo Serra, que apresentou um pouco do trabalho da PR-1. Ele iniciou informando que a graduação na UFRJ tem 176 cursos, com 245 habilitações, e destes, 164 cursos abrem vagas diretas para entrada. São cinquenta mil alunos matriculados. Quando essa gestão assumiu já havia algumas políticas gerais em curso, com as quais eles concordaram, como a interiorização, a promoção e fortalecimento de cursos noturnos novos e já existentes, a expansão de horários para a noite, a política de assistência estudantil com o objetivo de ser reforçada pela criação de uma pró-reitoria. Existe uma concepção geral sobre os cursos de graduação, de que devem combinar uma formação científica forte ao mesmo tempo em que dialogam com o mercado. O aluno deve ter uma formação crítica, no sentido científico, de criticar o próprio conhecimento, crítico em relação à sociedade, e isso tem norteadado a criação de novos cursos e as atualizações curriculares. Institucionalmente a PR-1 se articula com praticamente todas as instâncias. Existe uma articulação nacional, que é a Escola de Pró-reitores, que reúne todos os pró-reitores e discute os rumos gerais da política de educação. Existe uma interface com a Pró-reitoria de Extensão, e está em curso um projeto de curricularização da extensão, em que, no prazo de alguns anos, todos os estudantes devem estar fazendo em seu currículo dez por cento da grade horária em atividades de extensão. A PR-1 participa da Semana de Integração Acadêmica, com as outras pró-reitorias acadêmicas, tem o evento "Conhecendo a UFRJ", que traz à Universidade estudantes do Ensino Médio, apresentando a esses alunos a UFRJ e facilitando a escolha deles pela profissão, e além disso, existe um diálogo mais direto com as escolas de Ensino Médio, seja na formação de professores, seja na divulgação de cursos de graduação para este público, além dos estágios do Programa Tutorial, que é uma interface entre a PR-1 e a PR-5, em que orientadores trabalham com estudantes, desenvolvendo projetos específicos que combinam pesquisa e extensão. Também há uma interface muito forte com a PR-2, uma vez que muitos professores da graduação são os mesmos da pós-graduação, e recentemente foi aprovada em uma reunião conjunta entre CEG e CEPG uma política de fortalecimento à iniciação científica. Existe uma interface com a PR-7, e existem atribuições que hoje estão localizadas na PR-1, mas que serão transferidas para a PR-7, para que possam ser melhor administradas. A interface dessas duas pró-reitorias passa por questões como o combate à evasão e à retenção, pelas políticas de apoio aos estudantes. Existe uma interface com a Diretoria de relações Internacionais, e temos muitos programas de intercâmbio, especificamente na PR-1 existe o programa PEGG, que é um programa do governo para estudantes estrangeiros, além de



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



outros programas de intercâmbio, que o Pró-reitor entende que fortalece a Universidade em dois sentidos: quando o aluno vai cursar um ou dois anos da graduação no exterior, ele se sente bem na outra universidade, o que mostra que os cursos da UFRJ são muito bons, e quando os alunos estrangeiros vêm para a UFRJ, eles gostam dos cursos, acham que são fortes. Por isso a PR-1 apoia muito fortemente esses convênios internacionais e entende que essa é uma tendência geral, e hoje há cerca de dez por cento dos alunos da Universidade em algum programa de intercâmbio. Hoje existe uma política não regulamentada de apoio a refugiados, em que são oferecidas vagas de graduação para refugiados políticos, e não há uma regulamentação disso por orientação da Procuradoria, pois isso geraria uma demanda maior do que é possível atender, mas se tem procurado acolher esses alunos. Os critérios são ser reconhecido pelo ONU e ter estudos na área que ele pretende cursar. Em relação às políticas, uma delas é a de acesso. Existem várias formas de acesso, e uma delas é o ENEM/ SISU, que a PR-1 entende como tendo sido um avanço nas políticas públicas brasileiras, que democratizou o acesso à Universidade, mas tem alguns problemas, e que se tenta interferir. A PR-1 interfere no ENEM através de um grupo, cuja composição é sigilosa, que prepara questões para o prova do ENEM, e no SISU, tem-se tentado interferir, através do Colegiado de Pró-reitores, no sentido de aperfeiçoar o sistema, que é bom mas tem algumas falhas, principalmente na opção do aluno pelo segundo curso, o que cria uma evasão inicial, deixando algumas vagas ociosas. Existe uma política de ocupação de todas as vagas ociosas, através de um programa chamado POVOAR, e com ele, as vagas que sobram são oferecidas para transferência interna e externa, para refugiados, transferência ex-ofício, e outras. Existe uma política de apoio aos estudantes para permanência, que tem uma interface muito grande com a PR-7, e o passo muito grande que foi dado foi a institucionalização e fortalecimento das COAAs, que foram reformuladas na sua composição e foi feito todo um trabalho de discussão com as Unidades e com os Centros no sentido de como elas devem funcionar, antecipando problemas, acompanhando estudantes desde o início, reportando a outras instâncias, como a de saúde, e foram criadas algumas ligações com instâncias de apoio, seja na questão da saúde, seja na questão econômica, nós temos para onde encaminhar os alunos. E criou-se um fórum de boas práticas e acompanhamento dos estudantes, que teve uma série de reuniões e produziu um relatório, que está disponível na página da UFRJ. Existe uma política de avaliação institucional que tem dois planos: um da Universidade para o MEC, e um interno que é a avaliação dos cursos e dos programas. Nesse plano da avaliação existem algumas instâncias, uma se chama pesquisa institucional, que faz o relatório para o MEC e acompanha a visita do MEC aos cursos. Antes da visita há uma reunião com o curso, tenta-se levantar as informações e apoiar da melhor forma possível os avaliadores, e entre uma visita e outra procura-se atuar no sentido de resolver os problemas encontrados. Também há a Comissão Própria de Avaliação, que é uma exigência do MEC, e é composta por indicações das Decanias e tem o trabalho de produzir um relatório bastante abrangente de toda a Universidade, inclusive de aspectos que não dizem respeito à graduação. Existem iniciativas da PR-1 de gerar dados próprios para melhorar o trabalho de avaliação. Esse trabalho já gerou dados, que já estão disponíveis na página da PR-1. Hoje os dados sobre números de cursos e de alunos são mais precisos, e começou a serem divulgados os números de retenção e evasão com uma metodologia própria, que é diferente da metodologia do INEP, no sentido de poder apoiar melhor as políticas de combate a retenção e evasão. Na avaliação dos cursos existe um projeto interno próprio chamado Projeto Radar. Esse Radar funciona para fora, no sentido de tentar escutar as necessidades e demandas que vêm da sociedade, para novas profissões, novas áreas de atuação, e fazer uma primeira verificação de viabilidade técnica, econômica, institucional da implantação desse curso. Esse projeto começou a cerca de um ano e já tem alguns resultados, e um deles, que está em fase de elaboração e preparação para sua implementação é o curso de Mandarim, pois se mostrou uma demanda clara da sociedade. Também existe o Radar para dentro, que avalia os cursos existentes de graduação com uma abordagem mais abrangente, e portanto, não só os números referentes a professores e alunos, mas também a condições materiais, instalações, a origem do curso, a verificação se o currículo de determinado curso está realmente atendendo a demanda da profissão, se aqueles profissionais estão conseguindo trabalho, ou se já houve alterações e esse currículo precisa ser atualizado, enfim, informações para que o curso consiga se movimentar para conseguir esses recursos. A ênfase do



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



Radars para fora são os cursos de alta tecnologia e cursos de demanda social específica, sendo a meta de dois cursos por centro até o final de 2019/I. Internamente, a ênfase está sob os cursos do REUNI e a demanda dos cursos. Na política de combate à evasão e retenção, são identificadas algumas causas claras: causas externas (como crise econômica, mudanças no perfil das profissões), a escolha, as dificuldades dos cursos, dificuldades acadêmico-pedagógicas, as dificuldades da assistência estudantil. Para cada conjunto de causas existe uma política. Existe a política de fortalecimento da acessibilidade, em uma interface com a PR-7. Há uma interface no processo de entrada dos estudantes, na facilitação de identificação dos candidatos, de pertencimento ou não às diferentes características de portadores de deficiência, e ao longo do curso, de criar as condições para que esses estudantes possam ter as mesmas condições dos demais para o seu percurso formativo. Também existe a necessidade de se fazer as adaptações curriculares, uma vez que a maioria das pessoas com deficiência podem fazer a maioria dos cursos, mas nem todos podem fazer tudo, e em podendo fazer, são necessárias adaptações. Na política de ensino à distância há o trabalho em conjunto com o CEDERJ. A UFRJ oferece quatro cursos à distância, e participa de outros dois. Foi implantada uma coordenação dos cursos à distância, para divulgar para os demais cursos a possibilidade de utilização dos equipamentos do EAD nos cursos presenciais, fazendo possível a realização de uma aula à distância. Foi aberto para as perguntas e o Decano solicitou informações a respeito de bolsas de monitoria no CCJE por unidade, outras bolsas no âmbito do CCJE e número de alunos com deficiência, o que o Prof.^o Eduardo Serra respondeu que informaria. O Decano questionou os editais de acesso à graduação, a estruturação das COAAs e também, a respeito do que foi apresentado sobre o Projeto Radar, se há alguma ideia sobre a análise dos cursos do CCJE, e sobre a questão do EAD, como essa questão está normatizada no CEG. O Prof.^o Eduardo Serra respondeu que a respeito do Projeto Radar, no âmbito do CCJE foi especulado sobre a implantação de algo como um turismo ligado a grandes eventos. Já existe a promoção de eventos, o técnico em turismo, está se pensando em algo nessa área, porém com uma conformação mais abrangente, com mais formação em economia, em sociologia, que pudesse ter uma operação mais ampla. Sobre o EAD, disse que existe a LDB que diz que pode usar 20%, e o CEG não tem nenhuma alteração em relação a isso. Disse ainda que no EAD existe uma dificuldade que é a defasagem no acompanhamento, uma vez que o aluno entra como sendo da UFRJ mas tem a nota dada por outra instituição, e a nova coordenação que foi criada, está trabalhando para diminuir os prazos, melhorar esse acompanhamento dos estudantes e influir mais nas regras do consórcio. A Prof.^a Eliane Ribeiro ressaltou que a FACC tem um curso à distância, e acrescentou que seria interessante divulgar para os professores a possibilidade de utilizar o equipamento do EAD para as suas aulas, uma vez que muitos desconhecem. O Pró-Reitor sugeriu que fossem promovidas visitas ao NEAD para que os professores tenham a oportunidade de conhecer e se interessem em usar. Sobre as COAAs, e a resposta foi que precisa-se focar na efetivação dos orientadores acadêmicos, uma vez que muitas unidades ainda não conseguiram esses orientadores, pois esse é o fator fortalecedor da COAA. Ao final das questões, o Decano agradeceu a presença e a disponibilidade da Pró-reitoria. **18) Visita da equipa da PR-7.** Recebemos a visita do Pró-Reitor de Assistência Estudantil, Luiz Felipe, e da Superintendente Camila. Ele informou que esta é uma Pró-reitoria nova, recentemente criada, e está sendo ampliado o escopo da assistência estudantil, que está tratando de todos os níveis, desde a educação infantil até a pós-graduação. Está é uma área que ainda está muito defasada, devido a limitações orçamentárias e de pessoal. Por isso, para que as políticas estudantis se implementem na Universidade, é necessário que elas sejam capilarizadas pelos Centros e pelas Unidades, para que seja possível atender à demanda. Já existem algumas ações em andamento e já está finalizado um trabalho para ser apresentado ao Conselho Universitário sobre a saúde mental dos estudantes, para implementação de uma política. Mas já existem algumas ações dessa política que estão sendo antecipadas, estão sendo criados espaços de escuta, de escuta coletiva e de diálogo para diminuição das questões de tensionamento, ansiedade e aflição que acometem os estudantes. Também está sendo criado um núcleo para atender as Unidades do Centro da Cidade. Também há um projeto de se criar um núcleo de atendimento na Praia Vermelha, devido à demanda. Já existem ações para atender os alunos em outros aspectos, que não apenas o da saúde mental, como no aspecto pedagógico e de atividades físicas, e essas ações serão ampliadas e



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



difundidas para outras áreas. Ele apresentou como se estrutura a PR-7 e onde funciona cada núcleo. Terminada a apresentação foi aberto para as perguntas e o Decano questionou sobre o restaurante universitário na PV, se a PR-7 tem algum projeto de implantar um pólo no campus, sobre a acessibilidade no Palácio Universitário e sobre ações e estudos a respeito da saúde mental de alunos, técnicos e professores. O Prof.º Daniel Conceição relatou que durante sua experiência como coordenador de graduação, deparou-se com muitas situações delicadas referente aos estudantes, e que sentia falta de um canal que pudesse utilizar para buscar ajuda e aconselhamento para lidar com essas situações, e questionou se existe alguma ação nesse sentido. A Prof.ª Ana Cristina Reif também relatou que na sua experiência como coordenadora de graduação se deparou com muitos problemas de saúde mental dos alunos, e que houve um caso em que a coordenação chegou a conclusão de que não tinha meios para ajudar, e que, com muita dificuldade, descobriu que havia uma ação para ajudar aquele tipo de caso. Deu como sugestão que houvesse algum tipo de reunião periódica entre coordenadores de graduação para troca de experiências e boas práticas, e também para divulgação das ações que podem ajudar no apoio aos estudantes. O Prof.º Antonio José Barbosa parabenizou a equipe da PR-7 pelo desafio e informou que existe um Programa de Gestão em curso na FACC que tem uma linha de pesquisa na área de administração universitária, que tem estudado a assistência estudantil como forma de gestão universitária. Informou que já existem dados e colocou o PG da FACC como possível colaborador para os estudos da eficácia das políticas de assistência estudantil em curso. O Pró-reitor agradeceu a disponibilidade do Prof.º Antonio José e disse que esses dados são muito importantes. Sobre o que foi relatado pela Prof.ª Ana Cristina e pelo Prof.º Daniel, e também a respeito da saúde mental, o Pró-reitor informou que, em relação a questões acadêmicas mais relacionadas aos cursos, existe a Divisão de Integração Pedagógica, que está a ser instituída e que está indo às Unidades para discutir algumas possibilidades de ação com as COAAs. Em relação a situações de conflito e de emergência ele colocou a limitação de atuação, e que em muitas situações haverá a necessidade de inclusão de estruturas externas à UFRJ para possibilitar a assistência. Sobre a questão da saúde mental, informou que a PR-7 está com o relatório do GT de saúde mental estruturado, em fase final de redação, e que tão logo for aprovado, será divulgado, e serão colocadas em prática as ações com afinco. Sobre a acessibilidade, disse que é um assunto sensível, e que não está limitado à questão estudantil. Como grande obstáculo existe a questão orçamentária, e há uma dificuldade muito grande de se avançar nas obras. Temos que trabalhar na pauta de reunir as instâncias envolvidas e avançar numa perspectiva objetiva no sentido de garantir o acesso das pessoas com deficiência. Sobre o polo da Pr-7 na PV, respondeu que é algo difícil devido ao número reduzido de servidores, mas que se pensa em núcleos estruturados fora do Fundão. Quanto ao restaurante universitário, informou que a PR-7 vem trabalhando para estabelecer o RU como estrutura fixa na PV, e está se discutindo com o ETU e readaptando o projeto. O objetivo é estabelecer o restaurante no campus em um período breve, mas não deu um prazo específico para isso. Nada mais havendo a tratar, o Decano agradeceu a presença de todas e todos e deu por encerrada a sessão. E para constar, eu Natália Araujo Touza dos Santos lavrei a presente ata que segue por mim assinada e pelo Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, Prof. Flávio Alves Martins. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018.

Natália Araujo Touza dos Santos

Siape: 2288928

Chefe de Gabinete da Decania do
CCJE

Flávio Alves Martins

Siape: 2174912

Decano do CCJE